

GRANDES OPÇÕES – 2012

ENQUADRAMENTO

A preparação das Grandes Opções para 2012 - plano de actividades, plano plurianual de investimentos e respectivo orçamento, apresenta-se como um enorme desafio face à conjuntura actual.

Somos hoje confrontados com o pior período da crise económica e financeira do País, da Europa e do Mundo.

As medidas de austeridade resultantes do memorando de entendimento com a *Troika* e as medidas apresentadas pelo Governo de coligação PPD/PSD e CDS no Orçamento de Estado para 2012, bem como **a expectativa decorrente das propostas expressas** no Documento Verde da Reforma da Administração Local, condicionam a vida dos cidadãos, das empresas e das instituições.

Mas, por isso, é com redobrado sentido de responsabilidade, rigor e exigência que nos apresentamos para o exercício de 2012.

Na certeza de que este orçamento foi delineado em consonância com a consolidação da nossa situação económico-financeira, com apostas muito claras para reforçar a confiança e proteger a economia local, as empresas e as famílias mais afectadas pela crise.

Continuamos centrados nas pessoas, nas organizações e nas instituições.

Depois do ciclo dos equipamentos, este é o tempo de desenvolver políticas que dêem respostas às necessidades emergentes.

Continuamos a considerar a Educação uma área prioritária para a construção de um futuro melhor e com mais oportunidades para os jovens.

Depois do investimento na renovação do nosso parque Escolar, teremos escolas mais equipadas tecnologicamente, mais acessíveis e mais abertas à comunidade. Mais do que modernizar infra-estruturas, estamos a investir na qualificação e formação da nossa comunidade.

Continuamos a querer contribuir para a criação de uma sociedade mais inclusiva, mais justa e mais viva.

Este é um trabalho que, para nós, é prioritário. Estamos empenhados em desenvolver políticas inclusivas para a promoção da coesão social, da igualdade de oportunidades e da igualdade do género. Estamos a fazê-lo envolvendo parceiros sociais em rede.

Continuamos a investir na manutenção de uma política de proximidade com a comunidade, em articulação com as Juntas de Freguesia e através das Associações.

Ao apoiar quem está no terreno, com provas dadas, valorizamos projectos e ideias. Reconhecemos o trabalho e o esforço pessoal de quem se empenha. Rentabilizamos meios e recursos.

Continuamos a comprometer-nos com a melhoria efectiva da qualidade de vida das populações.

Continuamos a assumir a Regeneração Urbana como área estratégica para a dinamização da economia local e para a revitalização da cidade, através da requalificação das edificações e do espaço público. Acreditamos que esta será uma oportunidade para o emprego, para a economia local e para dar nova vida ao nosso centro histórico.

Esta é a nossa agenda para 2012.

As Grandes Opções, enquanto instrumento de avaliação, incorporam as actualizações que se impõem decorrentes da agenda política sufragada em 2009 e que guiam a nossa acção, das medidas de contenção conhecidas e da incerteza de outras medidas já anunciadas mas não concretizadas.

A situação económica e financeira equilibrada da Câmara contribui positivamente para esta actualização.

1. Somos, a nível nacional, um Município de referência em matéria de prazos de pagamento a fornecedores. O nosso prazo médio de pagamento é de 51 dias.
2. Mantemo-nos nos limites de endividamento nos termos da Lei das Finanças Locais. A capacidade de endividamento quer a nível do endividamento bancário, de curto prazo e de médio e longo prazo, quer a nível do endividamento líquido, permitiu-nos ser um dos poucos municípios que tiveram acesso ao rateio em 2011. Amortizámos nestes dois anos de mandato mais de 3 milhões de euros na dívida de médio/longo prazo.
3. Apresentamos um rácio de colaboradores por cada mil habitantes inferior a 11. Diminuímos o número de colaboradores em 9,4% nos quatro últimos anos.

No entanto, esta situação não nos conforta.

A diminuição de receitas, quer por via da diminuição das transferências do OE, quer por via da diminuição das receitas próprias, impostos municipais e venda de bens e serviços, condicionam

fortemente este orçamento:

1. Considerámos para este exercício o corte espectável de 5,5% nas transferências do Orçamento de Estado. Considerámos uma quebra de 12% nas receitas próprias;
2. Considerámos uma redução nas despesas - correntes e de capital - de 14,7%;
3. Não considerámos as possíveis alterações à Lei das Finanças Locais e o aumento das comparticipações do QREN, por não haver dados concretos;
4. Não aplicámos a redução em 2% ao número de colaboradores, nem em 15% ao número de dirigentes uma vez que não existe ainda definição clara e objectiva quanto à aplicação desta norma.

O Plano de Actividades é fortemente condicionado pelas competências que directa e indirectamente, fomos assumindo. Foi, neste exercício, escrupulosamente detalhado por forma a corresponder com eficácia ao desígnio de aumentar a qualidade de vida dos nossos cidadãos.

1. **Educação** – a educação de excelência continuará a ser um pilar estruturante da nossa intervenção. Paralelamente à requalificação de espaços escolares e à construção de novos equipamento, apostamos na revisão da Carta Educativa do Concelho de Abrantes, nos auxílios económicos, nos transportes e refeições, nas actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo, nas actividades de apoio à família do pré-escolar, nas bolsas de estudo, no projecto Mocho XXI;
2. **Acção social** - o apoio aos municípios em situação de particular vulnerabilidade social será uma prioridade da nossa intervenção. Quer pela articulação com as entidades e respostas sociais existentes, quer pela implementação de projectos estruturantes. São exemplo, e a par com a habitação a custos controlados, o apoio à estruturação de uma rede municipal de transporte de utentes para as extensões de saúde ou a implementação de Unidades Móveis de Saúde;
3. **Protocolos com as Juntas de Freguesia** – a articulação de sinergias com as Juntas de Freguesia, a relação de proximidade e o apoio ao desenvolvimento de projectos e actividades continuarão a ser um vector estruturante da nossa intervenção pelo que vamos manter os protocolos específicos para a manutenção da rede viária, limpeza pública e espaços verdes, apoio às escolas;
4. **Apoios às Associações Juvenis, desportivas, culturais e sociais** – o reconhecimento da importância do tecido associativo na promoção e no acesso à cultura manter-se-ão como linhas de actuação prioritárias, dando continuidade aos programas de incentivo financeiro às

suas actividades;

5. **Serviços Urbanos, manutenção e transportes** – continuaremos a apostar nestas áreas pela sua contribuição decisiva na qualidade de vida dos municípios e pelo reconhecimento da sua importância também para o desenvolvimento global do Concelho. São exemplo, e a par das obras de saneamento que irão perfazer um total de 93% de população abrangida, a reorganização da rede de transportes urbanos e a criação de um circuito específico no centro histórico;
6. **Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico** - o estímulo ao empreendedorismo e apoio às empresas, numa altura de particular dificuldade no sentido de serem criadas as condições e as ferramentas que conduzam à fixação e desenvolvimento do tecido empresarial. São exemplo, o continuado e reforçado esforço no desenvolvimento do Tecnopólo e a criação de dinâmicas e ferramentas que simplifiquem procedimentos como seja o Balcão do Empreendedor.

O Plano Plurianual de Investimento incorpora os investimentos em curso e abre oportunidade para outros investimentos considerados cruciais para o desenvolvimento sustentado do Concelho. Orienta-se em torno de projectos que se complementam e reforçam, contribuindo para uma estratégia integrada:

1. Obras em curso (conclusão)

- Centro de Acolhimento do Tejo – Aquapolis Margem Sul
- Construção dos Centros Escolares de Alferrarede, Bemposta e Rio de Moinhos
- Mercado Municipal de Abrantes
- Miradouro e Cais das Barcas em Tramagal
- Cais de Rio de Moinhos
- Saneamento nas freguesias de Vale das Mós, S. Facundo, Alvega, Concavada, Mouriscas, Fontes, Carvalhal, Souto, Martinchel

2. Lançamento de empreitadas

- Escola Superior de Tecnologia de Abrantes
- Laboratórios da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes
- Museu Ibérico de Arqueologia e Arte
- Residência de Estudantes, no antigo edifício do Centro de Emprego
- Loja da Juventude, no antigo edifício do Centro de Emprego
- Unidade de Saúde de Abrantes, no antigo edifício da Rodoviária
- Unidade de Saúde do Rossio ao Sul do Tejo, no antigo edifício do Matadouro

- Requalificação da E.N. 2 – Avenida António Farinha Pereira (com uma nova Rotunda junto à empresa RSA)
- Pontão sobre a Ribeira de Rio de Moinhos em Aldeinha - Rio de Moinhos
- Estação de Canoagem de Alvega
- Requalificação da Extensão de Saúde do Carvalhal
- Hortas Comunitárias na Quinta da Arca d'Água
- Mobilidade Eléctrica
- Rede de Parques Infantis do Concelho
- Programa de eficiência energética na iluminação pública e edifícios municipais

3. Projectos

- Reabilitação do Centro Histórico (habitação, comércio, serviços)
- Centro Escolar da Encosta Sul
- Centro Escolar de Alvega
- Requalificação do Jardim do Castelo
- Implantação de Pesqueiros, no Aquapolis Margem Norte e Margem Sul
- Percurso Pedestre nas margens do Tejo entre Alvega – Rossio ao Sul do Tejo – Barreiras do Tejo - Amoreira
- Parque do Vale da Fontinha em Abrantes – Estacionamento, Mercado e Feiras
- Requalificação do acesso à Estação da CP de Abrantes
- Requalificação da Praça Central do Pego
- Praça Central de S. Miguel do Rio Torto
- Requalificação do Bairro da CP junto à estação de Abrantes e de edifícios escolares desactivados para habitação a custos controlados

4. Parcerias

- Estrada Nacional 118 – Alvega - em parceria com a Estradas de Portugal, SMA, EDP, PT, TAGUS GAS
- Projecto de requalificação e loteamento do Tecnopólo – em parceria com o TAGUSVALLEY
- Pontão sobre a Ribeira do Sardoal em Casais de Revelhos – em parceria com a Junta de Freguesia de Alferrarede
- Núcleo Museológico Duarte Ferreira - em parceria com a Junta de Freguesia do Tramagal
- Mercado do Tramagal - em parceria com a Junta de Freguesia do Tramagal

Continuamos fortemente empenhados na modernização administrativa como forma de promover a melhoria dos serviços oferecidos e de potenciar uma relação cada vez mais próxima com os cidadãos.

Uma relação que seja ela própria também motor de uma cidadania activa e participativa.

Como sempre, contamos nesta missão com todos os colaboradores do Município cujo empenho, dedicação e competência têm sido um pilar fundamental da nossa actuação.

Queremos honrar os nossos compromissos.

Vamos continuar fiéis às nossas ideias, às nossas convicções, ao projecto político que apresentámos em 2009 e ao caminho que escolhemos desenhar e construir. Este é o caminho em que acreditamos. Este é caminho que os abrantinos escolheram. Por uma **Comunidade + Viva**.

Estamos conscientes da situação difícil que o país atravessa, mas não abdicaremos de olhar para a frente. Nas dificuldades encontramos os desafios. Estamos dispostos a enfrentá-los com capacidade, criatividade e confiança.

O quadro de ajuda financeira externa e os compromissos assumidos pelo Governo para a redução do défice das contas públicas, impõem sacrifícios a todos. E cabe-nos também, a todos, a responsabilidade de retirar das oportunidades, que tendem a diminuir, o melhor benefício possível para as populações que representamos e que servimos.

Acreditamos que seremos mais competitivos na medida em que formos mais solidários, mais coesos, mais responsáveis. Alicerçados nesta ambição e confiantes na capacidade da nossa comunidade, havemos de ser capazes de, em conjunto, encontrar soluções para responder aos desafios que diariamente nos surgem.

Temos muito trabalho pela frente, mas estamos aqui prontos para dar o nosso melhor.

Com coragem, determinação, e persistência, porque estamos ao serviço de Abrantes e da causa pública. Com respeito por quem nos elegeu e com sentido da enorme responsabilidade que temos.

GESTÃO FINANCEIRA

Nos termos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conjugada com o Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL, todas as autarquias locais, estão obrigadas a elaborar, aprovar e executar anualmente, um Orçamento. A sua inexistência ou o não cumprimento dos prazos estipulados, na Lei mencionada, poderá levar à dissolução dos órgãos da autarquia. As Grandes Opções deverão acompanhar e consubstanciar o Orçamento.

Os referidos documentos são o instrumento fundamental da gestão autárquica. Incorporam um conjunto de prioridades políticas, económicas e financeiras em resposta a um específico quadro de possibilidades conjunturais face aos recursos disponíveis, definindo, simultaneamente, a política financeira de curto-prazo.

O planeamento e respectiva programação de projectos e actividades, traduzidos nas Grandes Opções e Orçamento, para além do objectivo de cumprimento de um preceito legal, visam, assim, estabelecer objectivos e propósitos tendo em conta os meios disponíveis e mobilizáveis.

Em sequência, o presente documento norteará, durante o ano 2012, as actividades das unidades orgânicas, entretanto, definidas no âmbito do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro constituindo a base de sustentação da definição e contratualização de objectivos no âmbito do SIADAP 2012.

O processo de planeamento decorreu, à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, de forma participada. Nele estiveram envolvidas todas as unidades orgânicas do Município, sob coordenação da Divisão Financeira e orientação do Executivo. Cada unidade orgânica procedeu à elaboração da respectiva proposta de Plano de Actividades para 2012, as quais foram, posteriormente, homogeneizadas de modo a garantir uma visão conjunta da autarquia, a conjugar esforços e a racionalizar meios.

Da consolidação por classificação económica de todos os orçamentos parciais, definiu-se o orçamento Municipal para 2012.

Tratou-se, este ano particularmente, de uma exigente tarefa de planeamento tendo em conta a grave crise sistémica que o país se encontra a atravessar e todo um conjunto de indefinições relativas à aplicação de medidas já anunciadas e enunciadas no Livro Verde da Administração Local.

A execução orçamental compreenderá a prática de todos os actos que integram a actividade financeira desenvolvida pelas unidades orgânicas e sub-unidades orgânicas municipais na prossecução daquilo que são as suas atribuições. Durante a execução do orçamento, plano de actividades municipais e plano plurianual de investimento, importa que sejam respeitados os elementares princípios duma utilização

racional das dotações de despesa que vierem a ser aprovadas, sempre justificadas segundo critérios de economia, eficiência e eficácia, tendo inequivocamente por referência e mais do que nunca o evoluir da execução da receita, bem como, uma gestão eficiente da tesouraria.

Para além do cumprimento dos princípios inerentes à realização da despesa nos termos da Lei em vigor, a utilização das dotações orçamentais terá de ser, de uma forma ainda mais acentuada, enquadrada numa lógica de contenção, rigor e permanente avaliação em face da evolução da receita arrecadada. Todas as unidades orgânicas serão co-responsáveis pela gestão dos meios financeiros afectos às respectivas áreas de actividade e deverão tomar as medidas necessárias à sua optimização e rigorosa utilização, em obediência às medidas de contenção de despesa definidas pelo Executivo Municipal.

A reafectação de dotações orçamentais, entre os serviços da macro-estrutura municipal, dependerá de realinhamento das periodizações, efectuado por decisão do Executivo, fundamentada por cada serviço e pela Divisão Financeira. As mesmas serão feitas em sede de modificações ao orçamento, nos termos do POCAL.

Os compromissos assumidos em exercícios anteriores, vinculam o orçamento agora apresentado, pelo que as dotações orçamentais serão, prioritariamente, salvaguardadas para estes fins.

Aliás, da leitura da proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2012, antevemos um apertado controlo por parte do Governo ao nível dos compromissos assumidos pelas autarquias locais.

Prevê o artº 55º do referido documento que, as matérias relativas à cabimentação e assunção de compromissos na administração local serão objecto de regulamentação a aprovar até 60 dias após a entrada em vigor da LOE 2012.

Segue-se o artº 56º com um conjunto de regras relativas a compromissos e às consequências da sua violação. Destacamos o seu ponto 3, que refere metas relativas à redução de compromissos.

Estipula-se que até final de 2012 as entidades incluídas no subsector da administração local, reduzem no mínimo 10% do valor médio dos encargos assumidos e não pagos e dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) entre Junho e Dezembro de 2011.

Mais refere o nº4 do citado artigo que até final de Junho de 2012 os municípios reduzem no mínimo 5% dos valores atrás referidos.

1. MAPA RESUMO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL PARA 2012

Como se poderá verificar da análise da estrutura orçamental encontra-se assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido pelo POCAL, segundo o qual as receitas correntes têm de ser iguais ou superiores às despesas correntes.

Previsão Orçamental para 2012

RECEITA	41.418.351,00 €	%
Corrente	21.377.499,00 €	52%
Capital	20.040.852,00 €	48%
DESPESA	41.418.351,00 €	%
Corrente	20.837.454,89 €	50,3%
Capital	20.580.896,11 €	49,7%

De facto as receitas correntes serão previsivelmente superiores às despesas correntes, permitindo cobrir o *deficit* de capital.

2. RECEITA PREVISIONAL

A previsão dos recursos financeiros reveste-se da maior importância no processo de elaboração de cada orçamento.

Regras Previsionais

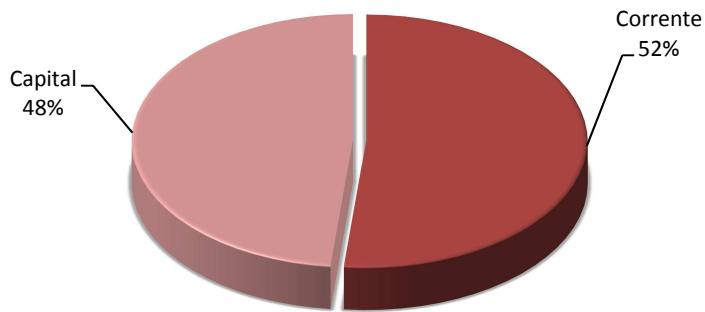
No que aos critérios de previsão das receitas diz respeito, refere o POCAL, que a previsão das diferentes rubricas orçamentais, resulta, ao nível das receitas correntes, da média aritmética simples das cobranças efectuadas nos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, nomeadamente, no que diz respeito a impostos, taxas e tarifas. Outros Capítulo estão fora desta regra, tais como, transferências, passivos financeiros. A sua inscrição em orçamento deve respeitar os valores de protocolos, contratos, candidaturas e acordos de colaboração.

Como forma de evitar situações de sobreavaliação das receitas e de iludir uma condição de suficiência face à despesa que se queira realizar, mantiveram-se inalterados os fundamentos que sustentaram a previsão da receita em anos anteriores.

2.1 – Estrutura das Receitas

A Receita Total do orçamento 2012, ascende a 41.418.351,00€, sendo que 21.377.499,00€ correspondem a receitas correntes e 20.040.852,00€ correspondem a receitas de capital.

Repartição da Receita - 2012



Cerca de 52% da receita orçada corresponde a **Receita Corrente**, sendo de destacar neste âmbito o predomínio das rubricas das Transferências Correntes, dos Rendimentos de Propriedade e dos Impostos Directos, que representam, respectivamente, 39,8%, 23,6% e 22,9% do perfil deste grupo de receitas.

Cerca de 82% das transferências correntes são provenientes da Administração Central, a título de repartição dos recursos públicos (FEF+FSM+IRS). Neste capítulo, justifica-se, igualmente, referência às transferências da DREL no âmbito dos protocolos na área do pré-escolar, refeições escolares, transportes escolares, actividades de apoio à família, auxiliares de acção educativa, actividades extra-curriculares e generalização do ensino do inglês, etc, que representam 11% das transferências correntes.

Os restantes cerca de 48% da receita orçada correspondem à **Receita de Capital**, destacando-se neste grupo as Transferências de Capital (FEF Capital, FEDER e OE-PIDDAC), que representam 37% da receita total e 77% da receita de capital.

De referir que, tendo em conta que já conhece a proposta de Orçamento de Estado para 2012, a qual indica os montantes a atribuir a Abrantes para o próximo ano, a título de repartição dos recursos públicos e, uma vez que, de acordo com esses valores, se estima uma redução de 5,5% nas referidas transferências, face ao montante inscrito em 2011, os valores inerentes ao FEF+FSM+IRS foram inscritos, não de acordo com o estipulado na alínea c) da regra previsional do ponto 3.3 do POCAL, mas de acordo com o previsto na referida proposta.

Evita-se, assim, uma sobreavaliação da receita neste âmbito, a qual, tendo em conta o montante em causa, implicaria uma revisão orçamental após a aprovação do Orçamento de Estado para 2012.

Lembramos que, esta receita já havia sofrido uma redução de cerca de 9% em 2011, face a 2010.

Entre 2010 e 2012, Abrantes verá reduzida a receita a este nível em cerca de 1.692.929,00€ (cerca de 14%).

Perfil da Receita –2012

Capítulos	Previsão	%	Tx. Cresc.
Receitas Correntes	23.377.499,00 €	51,6%	-8,9%
Impostos Directos	5.378.150,00 €	13%	-0,1%
Impostos Indirectos	318.560,00 €	0,8%	2,8%
Taxas Multas e Outras Penalidades	381.080,00 €	0,9%	-19,5%
Rendimentos de Propriedade	4.890.520,00 €	11,8%	-11,6%
Transferências Correntes	8.601.489,00 €	20,8%	-7,8%
Venda de Bens e Serviços Correntes	907.500,00 €	2,2%	-20,8%
Outras Receitas Correntes	900.200,00 €	2,2%	-30,5%
 Receitas de Capital	 20.040.852,00 €	 48,4%	 -20,1%
Venda de Bens de Investimento	2.900.000,00 €	7%	-21,9%
Transferências de Capital	15.403.852,00 €	37,2%	-21,2%
Activos Financeiros	1.500,00 €	0,01%	-96,7%
Passivos Financeiros	1.500.500,00 €	3,6%	0,0%
Outras Receitas de Capital	230.000,00 €	0,6%	-8%
Reposições não abatidas pagam.	5.000,00 €	0,01%	100%
 Receita Total	 41.418.351,00 €	 100%	 -14,7%

3. DESPESA PREVISIONAL

3.1 Critérios adoptados na projecção da despesa

Também, no que à previsão da despesa diz respeito, foram tidas em conta todas as normas e especificidades técnicas indicadas no POCAL.

No orçamento das autarquias locais deverão ser inscritas, em primeiro lugar, as despesas obrigatórias, designadamente:



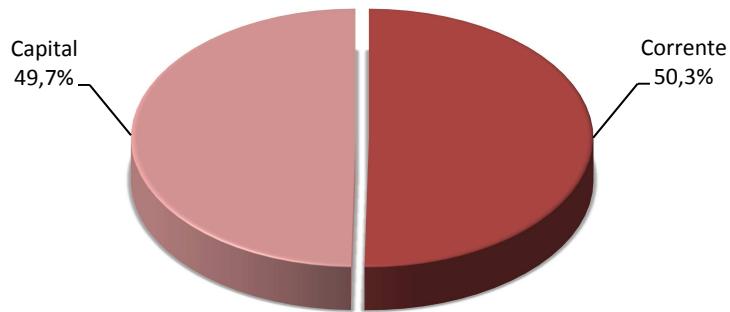
Assim, a previsão da componente orçamental despesa iniciou-se pela aferição das obrigações legais e dos compromissos e obrigações assumidas durante 2011 e que irão transitar para a gerência 2012, sob a forma de contratos de aquisições de bens e serviços e de empreitada de obras em execução, contratos de adesão, etc., bem como, pelo apuramento das despesas obrigatórias e permanentes, designadamente, com o pessoal, com o funcionamento (comunicações, energia, água, combustíveis, etc.) e com a satisfação do serviço da dívida (amortizações e juros).

No que às despesas de funcionamento diz respeito, a estimativa assentou, sobretudo, nos valores que se têm vindo a verificar nos últimos anos e numa avaliação da sua pertinência num acentuado quadro de crise económica estrutural, de apelo à redução de despesa e de uma gestão que se pretende sucessivamente mais eficiente, eficaz e económica.

3.2 – Estrutura das Despesas

Cumprindo o princípio do equilíbrio orçamental, a **Despesa Total** orçada para 2012 ascende a 41.418.351,00€. O grupo das despesas correntes apresenta o montante acumulado de 20.837.454,89€. Por sua vez, as despesas de capital, ascendem a 20.580.896,11€.

Repartição da Despesa - 2012



Como podemos verificar pela leitura do gráfico, a despesa orçada reparte-se quase equitativamente entre a **Despesa Corrente** e a **Despesa de Capital**.

Passamos de seguida à análise da tradicional classificação económica da despesa estimada para 2012, representada no quadro que se segue.

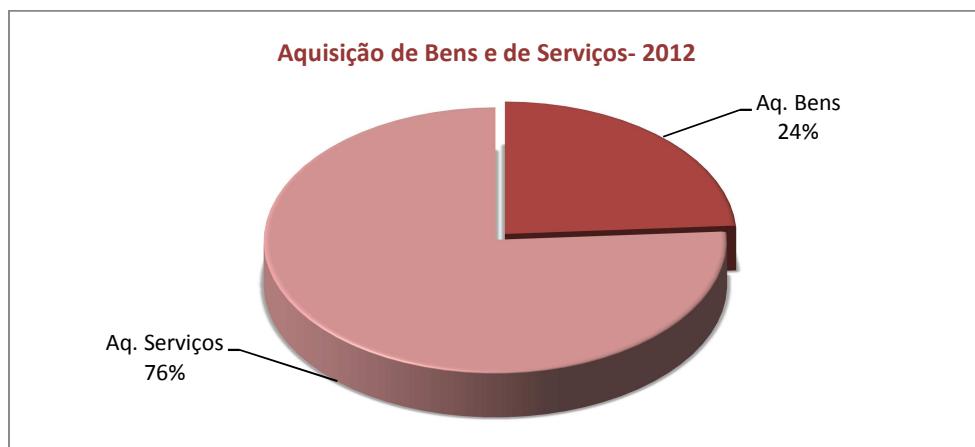
Perfil da Despesa – Orçamento 2012

Capítulos	Previsão	%	Tx. Cresc.
Despesas Correntes	20.837.454,89 €	50,3%	0,2%
Despesas com Pessoal	8.057.350,00 €	19,5%	-4,1%
Aquisição de Bens e Serviços	9.271.431,50 €	22,4%	5,9%
Juros e Outros Encargos	511.000,00 €	1,2%	-10,5%
Transferências Correntes	2.778.823,39 €	6,7%	-0,2%
Subsídios	30,00 €	0,0%	0,0%
Outras Despesas Correntes	218.820,00 €	0,5%	-20,6%
Despesas de Capital	20.580.896,11 €	49,7%	-25,8%
Aquisição de Bens de Capital	17.319.576,11 €	41,8%	-15,1%
Transferências de Capital	572.520,00 €	1,4%	-61,4%
Activos Financeiros	450.300,00 €	1,1%	*
Passivos Financeiros	1.750.600,00 €	4,2%	-37,5%
Outras Despesas de Capital	487.900,00 €	1,2%	-84,1%
Despesa Total	41.418.351,00 €	100%	-25,8%

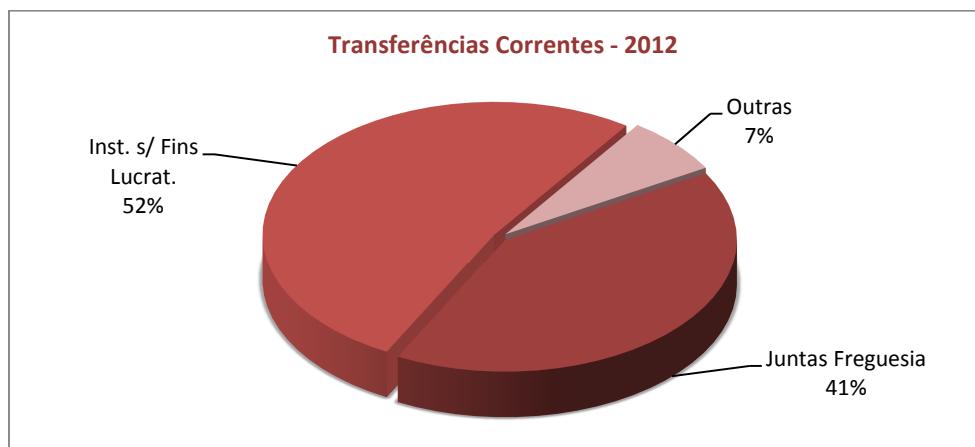
*Passa de 3.450,00€ p/ 450.300,00€ (UP's Tagusvalley)

Destacam-se, no âmbito das **despesas correntes**, o predomínio das despesas com aquisição de bens e serviços e com o pessoal, que representam, respectivamente, 45% e 39% do perfil deste grupo de receitas (22,4% e 19,5% das despesas totais).

Ao nível das aquisições de bens e serviços, pela leitura do gráfico que se segue verifica-se que as aquisições de serviços representam a maioria das despesas estimadas neste âmbito.



Ainda no universo das despesas correntes, as transferências correntes representam 13% do seu total (6,7% da despesa total), sendo que 52% dessas despesas são destinadas a Instituições sem Fins Lucrativos (Associações Desportivas, Culturais e Recreativas e IPSS's) e 41% às Juntas de Freguesia do Concelho.



No contexto das **Despesas de Capital**, destaca-se a Aquisição de Bens de Capital, das quais 99% consubstanciam o Plano Plurianual de Investimentos 2012-2015 (PPI). No total a Aquisição de Bens de Capital representa cerca 84% das despesas de capital e 41,8% das despesas totais.

As rubricas Passivos Financeiros, Transferências de Capital, Outras Despesas de Capital e Activos Financeiros, absorvem claramente menos recursos, representando respectivamente, 9%, 3%, 2% e 2% das despesas de capital e 4,2%, 1,4% e 1,2% e 1,1% das despesas totais.

Passamos de seguida, a analisar a repartição da **despesa por um critério de agregação** que nos permite ter uma noção mais aproximada do peso dos encargos de funcionamento no total das despesas e do investimento directo e indirecto (transferências de capital).

Repartição das Despesas

Agregação	Capítulos	Dotação	Peso
Funcionamento	Despesas com Pessoal	8.057.350,00 €	
	Aquisição de Bens e Serviços	9.271.431,50 €	42%
	Outras Despesas Correntes	218.820,00 €	
Sub-Total		17.547.601,50 €	
Investimento	Aquisição de Bens de Capital	17.319.576,11 €	
	Transferências de Capital	572.520,00 €	43%
	Sub-Total		17.892.096,11 €
Serviço da Dívida	Juros e Outros Encargos	511.000,00 €	
	Passivos Financeiros	1.750.600,00 €	6%
	Sub-Total		2.261.600,00 €
Outras Despesas	Transferências Correntes	2.778.823,39 €	
	Subsídios	30,00 €	
	Activos Financeiros	450.300,00 €	9%
	Outras Despesas de Capital	487.900,00 €	
Sub-Total		3.717.053,39 €	
	Despesa Total	41.418.351,00 €	100%

Nas despesas de funcionamento da autarquia predominam, logicamente, as despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços correntes, onde se incluem, os consumos de energia e água, comunicações, combustíveis, limpeza, higiene e segurança dos edifícios municipais, serviços de saúde, formação, seguros, assistências técnicas e, também, as prestações de serviços no âmbito das transferências assumidas no âmbito da Educação (1º ciclo do Ensino Básico), nomeadamente, actividades de enriquecimento curricular (AEC), transportes e refeições escolares.

3.3 - Grandes Opções do Plano 2012

Repartição da Despesa - Opções do Plano - 2012			
	Montante	Peso %	Tx. Cresc.
PAM	9.075.174,89 €	22%	-14%
Extra-Plano	15.023.600,00 €	36%	-3%
PPI	17.319.576,11 €	42%	-15%
TOTAL	41.418.351,00 €	100%	-15%

Cerca de 22% das dotações da despesa correspondem aos **Planos de Actividades** apresentados pelas unidades orgânicas da autarquia, aos quais foi afecto o montante de 9.075.174,89€.

O **Extra-Plano**, onde se incluem as despesas com pessoal e outras despesas gerais de funcionamento e não afectas directamente a um serviço específico, bem como, as despesas inerentes ao serviço da dívida e outras despesas de capital não incluídas em PPI, representa cerca de 36% do total das despesas para 2012 (15.023.600,00€).

O **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)**, foi orçado com 17.319.576,11€, o que corresponde a 42% das despesas previstas realizar no próximo ano.



Ao nível do **Plano de Actividades (PAM)**, a Educação continua a apresentar o maior volume de despesa a realizar, isto é, 3.507.295,50€, montante que representa 39% da despesa sectorizada para o próximo ano.

Seguem-se, a Manutenção e Transportes e os Serviços Urbanos, cada área com 12% da despesa prevista. A cada uma das áreas, Desporto e Juventude e Cultura e Turismo foram afectos, cerca de 9% da despesa estimada em sede de Plano de Actividades, seguindo-se o GAP e a Modernização Administrativa, com 6% e 5% da despesa sectorizada, respectivamente.

Quanto às restantes áreas (bombeiros, financeira, recursos humanos, jurídica, biblioteca, projectos e empreitadas e ordenamento e gestão urbanística), absorvem claramente menos recursos, verificando-se que nenhuma delas ultrapassa 2% da despesa do PAM, conforme pode ser verificado no quadro que se segue.

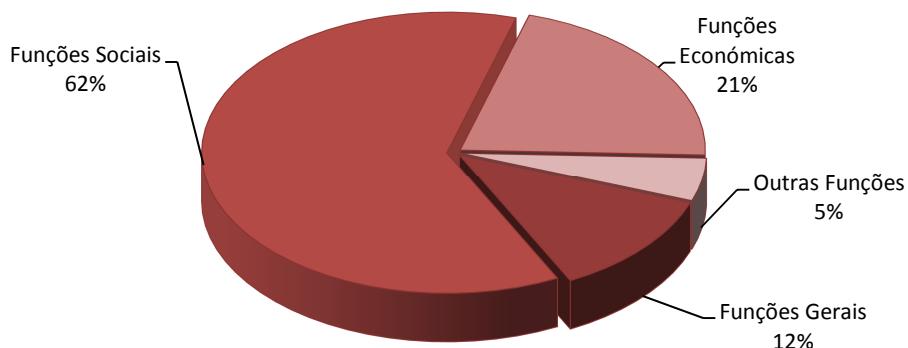
PAM - Despesa Sectorizada

Divisão/Serviço	Dotações Iniciais	Peso %	Var. 2011/2012
Bombeiros e Proteção Civil	225.670,00 €	2%	-3%
Divisão Administrativa e de Modernização	481.762,50 €	5%	-9%
Divisão Jurídica	33.650,00 €	0,4%	-35%
Divisão de Bibliotecas e Arquivo	42.200,00 €	0,5%	0%
Divisão de Cultura e Turismo	847.860,00 €	9%	13%
Divisão de Desporto e Juventude	857.046,89 €	9%	-16%
Divisão de Educação e Ação Social	3.507.295,50 €	39%	-39%
Divisão de Manutenção e Transportes	1.099.050,00 €	12%	11%
Divisão de Ord. e Gestão Urbanística	115.650,00 €	1%	-29%
Divisão de Projectos e Empreitada	17.750,00 €	0,2%	34%
Divisão de Recursos Humanos	145.400,00 €	2%	-14%
Divisão de Serviços Urbanos	1.049.070,00 €	12%	11%
Divisão Financeira	70.800,00 €	0,9%	-34%
GAP	581.970,00 €	6%	-68%
Total Planos de Actividades	9.075.174,89 €	100%	-28%

O **Plano Plurianual de Investimento (PPI) - 2012-2015**, contempla para 2012, como já referimos, um montante de despesa que ascende a 17.319.576,11€.

Verifica-se uma redução de 15%, face ao PPI de 2011. Em termos funcionais, o PPI ficará repartido da seguinte forma:

Repartição do Investimento p/ Funções - 2012



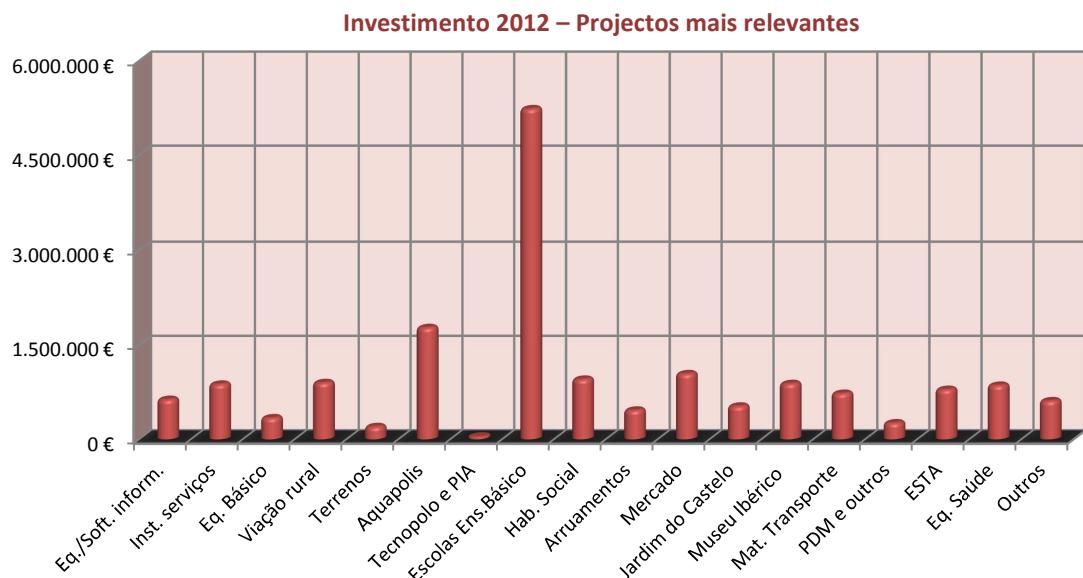
As **funções gerais** correspondem aos serviços de administração geral e de proteção civil/bombeiros, as **funções sociais** incluem a educação, a acção social, o ordenamento do território, a protecção do meio ambiente, a cultura, o desporto, nas **funções económicas** estão integradas a indústria e energia, os transportes e comunicações e o comércio e turismo e, finalmente, nas **outras funções** são integrados

projectos que não possam encaixar-se nas funções anteriores, mas que, ainda assim, fazem parte das atribuições do Município.

Repartido por projectos, verifica-se que cerca de 30% da dotação prevista no PPI se destina às Escolas do Ensino Básico, designadamente, à requalificação da Escola EB1 de Tramagal e aos Centros Escolares de Bemposta, Rio de Moinhos e Alferrarede, as quais se encontram em fase final de execução física. Em 2012, a Educação continua a ser prioridade de intervenção.

Para cada um dos projectos, Aquapolis e Escola Superior de Tecnologia estão canalizados cerca de 10% do investimento e para o Mercado Diário Municipal, cerca de 6%.

A Habitação Social será igualmente uma prioridade de intervenção, para a qual foram orçadas 5% das verbas afectas ao PPI, encontrando-se em desenvolvimento projectos e intervenções nas freguesias de Rossio ao Sul do Tejo, Rio de Moinhos e S. Vicente.



4. DESPESAS COM O PESSOAL

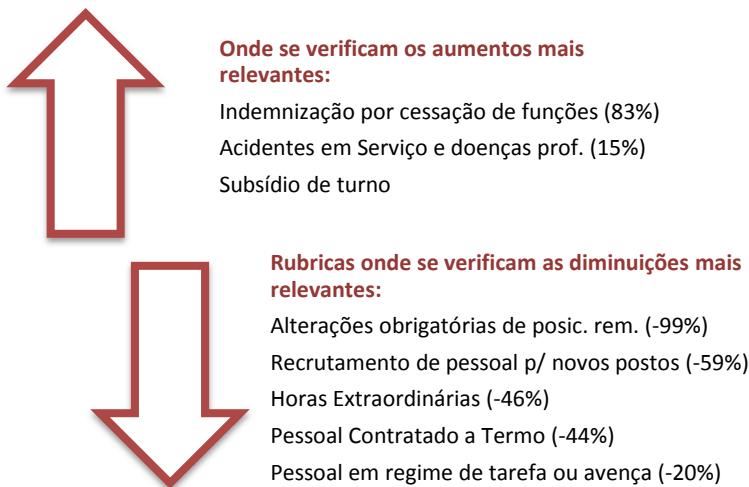
As verbas orçamentadas nas rubricas económicas inerentes às despesas com pessoal obedeceram às seguintes regras:

- foram considerados os postos de trabalho que constam do Mapa de Pessoal que integra os presentes documentos previsionais;

- b) a orçamentação foi realizada com base na tabela remuneratória que vigorou em 2010¹;
- c) foram tidas em linha de conta as disposições, sobre a matéria, da proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2012.

Como já atrás se referiu, as despesas de pessoal orçamentadas para 2012, ascendem a 8.057.350,00€. Desse montante, cerca de 88% correspondem a despesas com pessoal do Quadros e os restantes 12% a pessoal noutras situações (pessoal a termo certo, avenças e agentes).

Em termos globais, as despesas com o pessoal apresentam um decréscimo de 4,1% face à previsão efectuada em sede de orçamento para 2011.



Analizada a desagregação pelos três grupos da classificação económica da despesa com o pessoal verifica-se que o peso maior corresponde à sub-rubrica **Remunerações certas e permanentes** (78%), onde se incluem, para além dos vencimentos mensais, os subsídios de refeição e os subsídios de férias e de Natal, entre outros. Seguem-se as despesas com a **Segurança Social** dos trabalhadores (18%) e, a alguma distância dos anteriores, os **Abonos variáveis ou eventuais** (4%) como sejam, as ajudas de custo e as horas extraordinárias.

¹ Conforme Circular nº 1354 – Série A de 27 de Novembro de 2009, “Instruções para preparação do Orçamento de Estado para 2010”, da DGO. Não houve alterações em 2011.



No grupo de despesas com remunerações certas e permanentes do Pessoal dos Quadros (PQ) verifica-se um decréscimo de 5,3% face a 2011, justificado:

- nos termos proposta de Lei do OE 2012, não foram consideradas provisões para as alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária e para os prémios de desempenho previstos na LVCR;
- tendo em conta o controlo à contratação de novos trabalhadores, previsto no artº 21º da proposta de Lei do OE 2012, foi reduzida substancialmente a sub-rubrica “recrutamento de pessoal para novoas postos de trabalho (-58%).

A rubrica das remunerações certas e permanentes com pessoal contratado a termo sofre uma redução, ainda, mais acentuada (-44%), fruto da regularização das situações dos postos de trabalho ocupados por pessoal contratado que se tem vindo a verificar nos últimos anos, com especial incidência no ano 2011, através da abertura de procedimentos de recrutamento para lugares no quadro.

Refere o artº 18º da proposta de Lei do OE 2012, a suspensão de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), às pessoas cuja remuneração base seja inferior a 1.000,00€. Não havendo uma clara definição, relativamente à aplicação dos montantes que não serão pagos a esse título, decidiu-se manter dotação para o efeito. A confirmar-se a aplicação desses montantes à regularização de dívidas a fornecedores, como foi já alvitrado por alguns membros do Governo e pela comunicação social, as referidas dotações serão transferidas para as rubricas respectivas.

No grupo dos Abonos variáveis ou eventuais o decréscimo foi, ainda, mais acentuado (-20,3%), devido em grande parte à redução da dotação para realização de horas extraordinárias (-46%), tendo-se incorporado o impacto das medidas previstas no artº 25º da proposta de LOE 2012 (redução das percentagens a aplicar ao valor/hora de trabalho extraordinário), mas também orientação interna de redução das retribuições a este nível.

Também, no grupo Segurança Social se verifica diminuição que, no global do grupo, ascende a 8%.

Cumprimento dos Limites Legais com Pessoal

Os valores projectados para 2012, apontam para o cumprimento dos limites estipulados por lei, designadamente, no art.º 10º do D.L. nº 116/84 de 6 de Abril, alterado pela Lei nº 44/85, de 13 de Setembro.

Nos termos da referida lei, os encargos com o pessoal estão indexados a valores executados no ano económico anterior, não podendo exceder o limite máximo de 60% do total das receitas correntes do ano anterior. Por sua vez, o pessoal “fora do quadro”, ou seja, em qualquer outra situação não poderá exceder 25% do limite anterior.

Não estando ainda encerrada a Gerência 2011, para efeito de verificação do cumprimento dos limites atrás referidos, consideramos os montantes da receita corrente registada em 2010, do que resultaram os seguintes rácios:



O custo com pessoal do quadro apresenta uma margem de cerca de 16,5% para o limite legal, aumentando a margem para o limite legal quando analisada a situação do pessoal em qualquer outra situação.

5. POUPANÇA CORRENTE

Analizada a estrutura orçamental para 2012, verifica-se que a **Poupança Corrente** ascende a 540.044,11 €, o que significa que o financiamento da despesa de investimento será previsivelmente repartido da seguinte forma:

Designação	Dotação
Investimento (directo e indirecto)*	18.379.996,11 €
Receitas de Capital	20.040.852,00€
Venda de Bens de Investimento	2.900.000,00 €
FEF (Capital)	3.836.119,00 €
Fundos Comunitários	9.123.960,00 €
Coop. Técnica e Financeira	2.160.773,00 €
Outras Transf. Capital	283.000,00 €
Passivos Financeiros	1.500.500,00 €
Activos Financeiros	1.500,00 €
Outras Receitas de Capital	236.500,00 €
Poupança Corrente	540.044,11 €
Total das Fontes de Financiamento	20.580.896,11 €
Investimento/Fontes Financiamento	89%

*Inclui Investimento, Transf. Capital e Outras Despesas de Capital

6. SITUAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO À DATA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Com base nos dados remetidos através do SIAL e do recurso a fontes de informação complementar, de acordo com o disposto nos artºs 37º e 38º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (LFL), informou-nos a Direcção-Geral das Autarquias Locais – DGAL, dos limites de endividamento do município para o ano 2011:

Limites ao Endividamento da Autarquia - ano 2011	
Limite ao endividamento de curto prazo*	0,00 €
Limite ao endividamento de médio e longo prazo*	11.590.900,00 €
Rateio aprovado	1.770.082,00 €
Limite ao endividamento líquido*	0,00 €

* De acordo com alteração introduzida p/ artº 53º da LOE 2011

Os limites de endividamento municipal foram substancialmente reduzidos por força da aplicação do artº 53º da Lei do Orçamento de Estado para 2011, nos termos do qual todos os limites de endividamento para cada município passaram a ser iguais ao valor registado a 30 de Setembro de 2010. Assim, o mapa anterior reflecte a situação do município de Abrantes a 30 de Setembro de 2010.

Apesar dessa redução significativa, em 30 de Setembro de 2011, a situação do Município de Abrantes continua a ser de cumprimento dos limites legalmente definidos, apresentando as seguintes margens:

3º Trimestre de 2011 ²	Montantes a considerar	Margem
Endividamento de curto prazo	0,00 €	0,00 €
Endividamento de médio e longo prazo	9.081.794,00 €	2.509.106,00 €
Endividamento líquido a considerar	0,00 €	0,00 €

No final do 3º trimestre de 2011 o capital em dívida, excepcionado dos limites supra referidos, ascendia a 6.224.712,00 €, pelo que no total o endividamento de MLP ascendia a 15.306.506,00€.

De referir, que na sequência de elaboração de candidatura a empréstimo BEI, foi autorizado empréstimo no montante de cerca de 1.200.000,00€. Os contratos de financiamento não foram ainda assinados, pretendendo-se após assinatura dos mesmo proceder a pedido de excepcionamento junto da DGAL.

A 30 de Setembro de 2011, a dívida a fornecedores era de 3.897.662,00€.

O prazo médio de pagamento a fornecedores era, no final desse período, de 51 dias.

7. ANÁLISE COMPARATIVA 2011/2012

O Orçamento para 2012 tem um decréscimo de 14,7% (-7.121.968,00€) face ao montante orçamentado para 2011.

PREVISÃO ORÇAMENTAL

	2011	2012	Cresc.
Receitas Correntes	23.473.002,33 €	21.377.499,00 €	-8,9%
Receitas de Capital	25.067.316,67 €	20.040.852,00 €	-20,1%
Total	48.540.319,00 €	41.418.351,00 €	-14,7%
Despesas Correntes	20.788.779,00 €	20.837.454,89 €	0,2%
Despesas de Capital	27.751.540,00 €	20.580.896,11 €	-25,8%
Total	48.540.319,00 €	41.418.351,00 €	-14,7%

² Informação retirada do site www.portalautarquico.pt, SIAL, Acesso Reservado, Ficha do Município

RECEITA

Ao nível da **Receita**, na componente receita corrente estima-se um decréscimo relativo de cerca de 9% (-2.095.503,33€), fruto sobretudo dos capítulos das Outras Receitas Correntes (-31%), Vendas de Bens e Serviços Correntes (-21%), das Taxas, Multas e Outras Penalidades (-20%).

O único capítulo onde se prevê um acréscimo será no capítulo – Impostos Indirectos (+3%).

No que à receita de capital diz respeito, o decréscimo em relação ao orçamentado em 2011, deverá atingir cerca de 20% (-5.026.464,67€), em grande parte por via da redução do montante orçamentado para venda de bens de investimento (-22%) e das transferências de capital (-21%).

O quadro seguinte perspectiva a análise à evolução da repartição receita entre receita própria e alheia, verificando-se uma variação relativa ligeira mas positiva a favor da receita própria.

Receita Própria e Receita Alheia

	2011	%	2012	%	Tx. Cresc.
Receita Própria	18.104.063,00€	37%	15.911.010,00€	38%	-12%
Fiscal	6.168.696,99€	34%	6.077.790,00€	38%	-1%
N.Fiscal	11.935.366,01€	66%	9.833.220,00€	62%	-18%
Receita Alheia	30.436.256,00€	63%	25.507.341,00€	62%	-16%
TOTAL	48.540.319,00€		41.418.351,00€		-14,7%

DESPESA

Por sua vez, ao nível da **Despesa**, prevê-se a estabilização da despesa corrente face a 2011 e uma redução de quase 26% na despesa de capital.

No contexto das despesas correntes, os montantes orçamentados são em todas as suas rubricas inferiores ao do ano 2011, à excepção das despesas com aquisições de bens e serviços que no total apresentam um crescimento de 5,9%.

Neste âmbito, ao nível da aquisição de bens, a previsão aponta para que os aumentos mais significativos se registem ao nível das matérias-primas e subsidiárias, combustíveis (sobretudo, gás tendo em conta a entrada em funcionamento dos novos centros escolares), peças e outros materiais para reparação de viaturas municipais, material de educação, cultura e recreio.

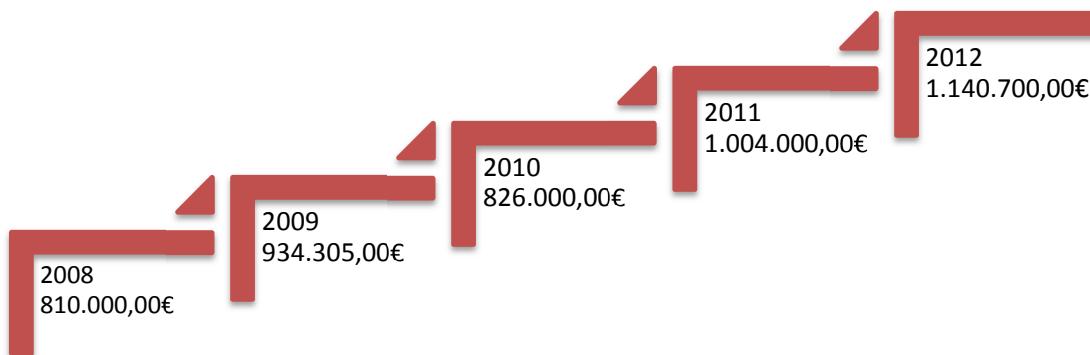
No que respeita à aquisição de serviços, só o aumento do IVA de 6% para 23% na factura da electricidade irá traduzir um aumento de cerca de 300.000,00€ anuais nos encargos com instalações. Prevê-se, igualmente, um crescimento significativo na despesa com os transportes escolares (18%), face à reorganização da rede escolar do concelho.

Para atenuar os aumentos de despesa atrás referidos, de registar as reduções na aquisição de material de escritório (-31%), em serviços de higiene e limpeza (-29%) e em estudos, pareceres, projectos e consultoria (-25%).

As despesas de pessoal, como já se referiu, apresentam uma redução de 4% face ao ano anterior.

O capítulo das transferências correntes mantém-se ao nível do ano anterior, no entanto, no seu contexto, as competências delegadas nas Juntas de Freguesia, sobretudo ao nível da educação e da limpeza urbana, vão continuar a implicar o reforço dos protocolos e acordos de colaboração, prevendo-se um aumento de transferências para estas autarquias na ordem dos 14%. Lembramos que, de 2010 para 2011, já havia sido estimado um aumento de 21,5%.

Evolução das Transferências para as Juntas de Freguesia



Ainda ao nível das despesas correntes, de referir que se prevê uma redução na ordem dos 10,5% com juros e outros encargos, continuando a tendência que vem registando desde 2009.



As [Despesas de Capital](#), que como já se referiu, apresentam um decréscimo global de 26%. Tal facto, está directamente relacionado com as reduções ao nível das Outras despesas de capital (-84%, como consequência da conclusão da obra para Requalificação da Escola 2+3 Miguel de Almeida), das transferências de capital (-61%) e dos passivos financeiros (-38%).

Esta tendência é igualmente seguida ao nível da Aquisição de Bens de Capital, na qual se inclui o investimento, prevendo-se uma redução na ordem dos 15% a este nível.



No que ao [Plano de Actividades](#) diz respeito, como já foi referido foram orçamentados menos 3.497.832,11€ do que em 2011 (-28%).

Também ao nível das despesas exclusivamente afectas ao orçamento, que designamos por [Extra-Plano](#), se verifica uma diminuição da despesa orçada em relação ao orçamento do ano transacto. A diferença é de 489.142,00€, o que corresponde a um decréscimo de 3%.



8. Ráios Financeiros de Expressão da Actividade Municipal

RÁCIOS	2011	2012
Impostos Directos/Receitas Correntes	22,9%	25,2%
Transferências Correntes/Receitas Correntes	39,8%	40,2%
Transferências de Capital/Receitas de Capital	78,0%	76,9%
Receitas de Empréstimos/Receitas Totais	3,1%	3,6%
Receitas Correntes/Receitas Totais	48,4%	51,6%
Despesas Pessoal/Receitas Correntes	35,8%	37,7%
FEF+FSM+IRS/Despesas Totais	24,1%	26,8%
Despesas Corrente/Receitas Correntes	88,6%	97,2%
Despesas de Capital/Receitas de Capital	110,7%	102,7%
Despesas de Pessoal/Despesas Correntes	40,4%	38,7%
Despesas Correntes/Despesas Totais	42,8%	50,3%
Investimentos/Despesas de Capital	73,5%	84,2%

Mapa de Pessoal 2012

O mapa de pessoal para o ano 2012, está muito marcado, no que respeita à gestão dos recursos humanos, pelo momento de forte contenção imposta pela realidade económica que o País atravessa e pelos cortes do Governo Central para as Autarquias.

Efectivamente e apesar do aumento gradual da responsabilidade que incumbe às Autarquias, este momento obriga-nos a repensar o modo de funcionamento, por forma a permitir manter o nível do desempenho nos serviços prestados, reduzindo custos.

São muitas as mudanças anunciadas quer na proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2012, quer no Livro Verde da Administração Local. São mais as dúvidas e as incertezas relativamente à implementação das medidas contidas nesses documentos pelo que é expectável que o mapa de pessoal que agora se apresenta venha a ser substancialmente modificado durante o próximo ano.

As medidas que poderão ter mais impacto na estrutura actual e que se encontram enunciadas nos dois documentos são, a redução do número de dirigentes e a redução de trabalhadores.

Nos termos do artº 40º da proposta de LOE até final do 1º semestre de 2012 as autarquias locais reduzem no mínimo 15% do número de cargos dirigentes.

No que se refere aos trabalhadores, estipula o artº 41º do referido documento que até final do ano 2012 as autarquias locais reduzem no mínimo 2% dos seus efectivos.

Deste modo, as decisões que o Governo Central vier a tomar, poderão implicar uma alteração profunda à estrutura orgânica aprovada o ano passado, por aplicação do previsto no Decreto-Lei nº 305/2009 de 23 de Outubro.

Perante este quadro de incerteza e indefinição sobre os critérios subjacentes à aplicação destas medidas decidiu-se, não introduzir qualquer alteração à estrutura organizacional dos serviços municipais.

A Presidente da Câmara Municipal

(Maria do Céu Albuquerque)